

PROJETO DE LEI N.º 1.090, DE 2023

(Do Sr. Lucio Mosquini)

Acrescenta dispositivo ao Código Civil para agilizar a retomada da posse ao possuidor de boa fé em caso de invasão de propriedade.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-554/2019.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. Lucio Mosquini)

Acrescenta dispositivo ao Código Civil para agilizar a retomada da posse ao possuidor de boa fé em caso de invasão de propriedade.

Art. 1º O art. 1.210, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art.1.210	 	

§3º O possuidor esbulhado poderá requerer o auxílio de força policial para retirada dos invasores, bastando para isso apresentar qualquer documento que possa comprovar sua posse pacífica, tais como:

- I escritura pública;
- II contrato de compra e venda;
- III contrato de aluguel;
- IV contrato de arrendamento;
- V contas de concessionárias e permissionárias de serviços públicos."
 (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem como objetivo apresentar uma resposta à sociedade diante de repetidos atos de grupos cujo objetivo é causar insegurança e prejudicar a produção de riquezas em nosso país.

Para isso, a proposição acrescenta dispositivo à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) para agilizar a retomada de posse da propriedade por seu possuidor de boa-fé, mediante apresentação de documento que comprove a essa posse.

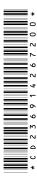




Com adoção dessas medidas estaremos seguros de que as invasões de propriedades serão desencorajadas e que a propriedade será prontamente restituída ao seu possuidor de direito, com minimização de riscos e prejuízos. Por essas razões contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 13 de março de 2023.

Deputado **LUCIO MOSQUINI** MDB/RO





LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO - CEDI

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	
LEI № 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 Art. 1210	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10406-10-janeiro2002-432893-norma-pl.html	

FIM DO DOCUMENTO